

Artigo – Administração Brasileira.

O capital industrial e o setor frigorífico no estado de Mato Grosso do Sul*Nome: Gustavo Henrique Petean ¹**Universidade Federal de Goiás**e-mail: gustah@ufg.br**Nome: João Gabriel de Araújo Oliveira ²**Instituto Brasileiro de Mercado e Capitais DF**e-mail: joaogabrielaraujooliveira@gmail.com**Nome: Sérgio Fernando Campagna Moura da Silva ³**Universidade Federal do Rio Grande do Sul**e-mail: sergiofernando114@gmail.com**Nome: Fernan Martins Fernandes Ferreira ⁴**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**e-mail: fernan.ferreira@ufms.br**Nome: Elcio Gustavo Benini ⁵**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**e-mail: elciobenini@yahoo.com.br***RESUMO**

O setor de frigoríficos no estado de Mato Grosso do Sul se desponta como uma das principais atividades agroindustriais. Assim, este artigo teve por objetivo apreender as transformações sócio-históricas do setor frigorífico de Mato Grosso do Sul. Por meio de pesquisa bibliográfica, análise de dados secundários e da perspectiva crítico-dialética, apresenta as alterações no setor agroindustrial a partir da sua historicização. Durante os anos 1980 e 1990, houve crescimento de frigoríficos abertos no estado: em dez anos, foram abertas 23 unidades industriais. Contudo, o crescimento foi freado e mudanças nas grandes empresas do setor modificaram tal cenário. Atualmente, os frigoríficos apresentam uma tendência a concentração das unidades em poucos grupos industriais. Metade de todo gado abatido no estado é feito por dois grupos. Tal transformação impactou os trabalhadores que estão sendo empregados em unidades cada vez maiores: em 2020, as grandes empresas (mais de 500 empregados) possuíam 80,35% dos trabalhadores.

Palavras-chave: Abatedouro; Charqueadas; Pecuária.

ABSTRACT

The slaughterhouse industry in the state of Mato Grosso do Sul, emerges as one of the main agribusiness activities. This article aims to understand the socio-historical transformations of the slaughterhouse industry in the state of Mato Grosso do Sul. Using a bibliographic research, the secondary data analysis, presents the changes in the agribusiness sector. In the 80s and 90s, there was an increase in the number of meatpacking companies opened in the state, after 1985, in ten years, 23 industrial units were opened, however, growth was halted and changes in large companies in the sector, changed such scenario. Currently, meatpacking companies tend to concentrate units in a few holdings. Half of all cattle slaughtered in the state are made by only two groups. This transformation also impacts workers who are being employed by larger and larger units. In 2020, companies with more than 500 employees have 80,35%

¹ Graduado em Administração, UNESPAR, 2008. Mestre em Administração, UFMS, 2012 e Doutor em Administração, UFMS, 2020.

² Graduado em Ciências Econômicas, UEL, 2017. Mestre em Economia Regional, UEL, 2019 e doutor em Economia, UNB, 2023.

³ Graduado em Administração, UFMS, 2018. Mestre em Administração, UFMS, 2021 e doutorando em Administração, UFRGS.

⁴ Graduado em Ciências Econômicas, UFMS, 2014. Mestre em Administração, UFMS, 2019 e doutor em Administração, UFMS, 2024.

⁵ Graduado em Administração, CESUMAR, 2004. Mestre em Agronegócios, 2008, UFMS e doutor em Educação, UFMS, 2012.

of the sector's employees.

Keywords: meatpacking companies; Industry of the Jerked Beef; Livestock.

[Submetido em 20-08-2024 – Aceito em: 29-05-2024 – Publicado em: 28-06-2025]

Introdução

No desenvolvimento de setores primários, o estado do Mato Grosso do Sul se destaca no setor agroindustrial, em específico, no setor frigorífico. No segundo trimestre de 2022, foi o terceiro estado brasileiro no número de abate bovino, ficando atrás, apenas, de Mato Grosso e São Paulo. Em abate de suínos e também em aves, foi o sétimo estado do ranking no mesmo período (IBGE, 2022). A avolumada produtividade possui traços históricos da região, somado as transformações político-econômicas recentes (Petean, Benini & Nemirovsky, 2021). O presente artigo teve por objetivo apreender as transformações sócio-históricas do setor frigorífico no estado de Mato Grosso do Sul. Pari passu com a historização do objeto, foram comparados os resultados obtidos com as teorias econômicas marxista e pós-Keynesiana. O estudo contempla o surgimento das primeiras charqueadas ao sul da província de Mato Grosso até as transformações atuais do setor, materializadas na concentração dos grupos industriais e o agrupamento dos trabalhadores nas grandes unidades industriais.

O estado aqui estudado se destaca pela sua agricultura e pecuária, como já narrado por diversos autores e enfatizado no trabalho de Paiva e Alves (2019). Historicamente, a teoria marxista mostra que esta atividade gera uma superexploração do trabalho, conhecida como teoria da dependência. Essa superexploração é devida a carga horária sobre humana em que os trabalhadores são expostos, além da precarização da atividade por meio das condições de insalubridade expostas e não remuneradas de modo adequado, que se apresenta como a retirada de uma parte do tempo de trabalho necessário, caracterizando um sistema de pagamento pelo tempo de trabalho abaixo de seu valor (Alves do Nascimento & Rufino de Aquino, 2018; Felix, 2021; Petean, Benini & Nemirovsky, 2021).

O estudo aqui apresentado tem por foco de análise o desenvolvimento das forças produtivas relacionadas ao setor agroindustrial. Não será discutido o campesinato ou do capitalismo agrário como feito por Abramovay (2012), mas sim, a apresentação do

pensamento econômico heterodoxo, sua relação com a Teoria da Dependência Marxista.

Nas discussões da crítica à economia política e os movimentos do capital, há um esforço burguês em substituir a força de trabalho por processos automatizados, deslocando o investimento de capital variável para o capital constante. Isso é retratado por autores quanto às mudanças tecnológicas do campo e a relação dos trabalhadores do campo com a tradição do laço. Essa substituição entre tecnologia e força humana também ocorre em outros setores da economia, como descrito por Cunha, Penna e Guedes (2021), contudo, o foco do presente trabalho é o caso da indústria processadora dos produtos agropecuarista em específico, tendo como base o estudo de Barbosa, Duarte e Abrantes (2020). Alguns dados de importância econômica do estado também podem ser observados no estudo de Constantino, Dorsa, Boson e Mendes (2019), ao traçar o perfil socioeconômico dos municípios do estado que possivelmente integrarão a rota do Corredor Bioceânico.

A partir da perspectiva crítico-dialética, esta pesquisa utilizou como fontes e procedimentos metodológicos pesquisa bibliográfica, documental e análise de dados secundários sobre os grupos industriais e os setores frigoríficos do estado de Mato Grosso do Sul. Com isso, foi possível estabelecer um nexo desde a formação das charqueadas até o desenvolvimento dos frigoríficos atuais no estado, lastreando as unidades fabris pelo número de registro no Serviço de Inspeção Sanitária – SIF, buscando, por meio da dialética, verificar como se dá a superexploração do trabalho e mecanização do mesmo.

Este artigo foi composto por sete seções. Após a introdução, faz um resgate histórico do pensamento econômico heterodoxo quanto à substituição da força de trabalho por máquinas (tecnologia). Segue-se um resgate histórico sobre o surgimento dos abatedouros e frigoríficos em seu contexto histórico, juntamente com o desenvolvimento da indústria de charque e subprodutos bovinos no sul da província de Mato Grosso. Na parte seguinte, apresenta-se o desenvolvimento dos frigoríficos enquanto grupos industriais. A quarta seção expõe os dados de concentração dos capitais industriais e as transformações do trabalho, concentrando o operário em grandes unidades frigoríficas. A seção final refere-se às considerações finais.

2. O pensamento econômico heterodoxo no campo e a análise setorial

O objetivo da presente seção é apresentar o pensamento econômico heterodoxo, para poder refletir e comparar ao final do trabalho, como a industrialização agrária (chamada por Pasinetti, 1981, de industrialização setorial) e do setor frigorífico são fortemente opressoras ao mercado de trabalho. De modo que, desde o início do pensamento econômico, especialmente com o conceito da “teoria da renda da terra”, tem se preocupado com a formação do mercado agropecuário nas economias. No ano de 1817, David Ricardo em seu “Princípio de Economia Política e Tributação” passa a discutir o tema, apontando, especialmente, que quanto mais longínqua a terra em que esta sendo plantada ou realizada a pecuária, maior o custo de produção e mais escasso o produto final. Aqui, vale lembrar que não haviam frigoríficos como conhecemos nessa época, mas os animais eram abatidos em terra. Ricardo, desde o início, estava preocupado com a formação econômica, especialmente do Reino Unido, onde residia. Sua teoria dá força ao pensamento econômico e possibilita, de forma bastante pioneira, os estudos econômicos do campo.

Esta formulação se torna um dos objetos de estudo de Marx (1818/1867) na sua formulação do valor trabalho. Marx se apropria dos conceitos apresentados por Ricardo, especialmente no “Capital”, para então formar sua própria teoria como uma crítica ao sistema capitalista. Uma das questões fundamentais para o sistema capitalista é a acumulação de capital que, em muito, está diretamente ligada às questões agrárias. Para essa teoria, a acumulação de capital refere-se ao processo de aquisição e reinvestimento do valor excedente para gerar mais capital, o que remete ao constante envolvimento da exploração de recursos de capital e trabalho. Em escala global, a estrutura produtiva normalmente explicita essa questão da dependência, em especial no que foi discutido por Prebisch e Singer (como mostra Dávila-Fernandez e Amado, 2015) com respeito a ideia de centro-periferia, onde há uma exploração e uma dependência da periferia quanto à produtivização do centro, que gera produtos de valor agregado.

Contudo, com a questão agrária, Marx e os marxistas têm sofrido diversos ataques sugerindo uma ignorância na preservação do ambiente, o que é falacioso, como mostra Silva (2021). O fato é que a intervenção do homem na natureza é algo apontado há muito

tempo. Silva (2021) ressalta o pensamento de Buffon (1717-1778), em parte apropriada por Marx em seus escritos, principalmente quando relaciona a exploração da mão-de-obra, mostrando que essa preocupação é algo antigo no pensamento e não apenas uma visão contemporânea como muitos jornais, revistas, trabalhos científicos e entre outros fazem pensar.

Contudo, vale observar que desde Marx, já há uma preocupação com a substituição da força de trabalho humana por tecnologias no campo, seja em plantações ou na pecuária, reforçando a ideia do objeto de estudo deste trabalho, a industrialização do setor de frigorífico, precarizando o trabalho do proletário, tanto no setor agrícola, pecuário, ou industrial (chamemos aqui a interligação entres esses setores de agrário). Com isso, diversos pesquisadores, tais como Ellen Wood e David Mosse, passaram a atentar para as consequências da devastação das matas naturais para a transformação de grandes produtores rurais e/ou pastos. Além disso, na visão deles, a baixa presença de mão-de-obra humana para a mecanização do sistema agrário, segundo Wood (1998), se torna necessária, o que foi chamado por ele de “lei do movimento”, que exigia deste mercado imperativos da competição, excesso em acumulação e maximização dos lucros.

Neste sentido, a apreciação da substituição da força de trabalho no meio agrário torna-se um tema dos mais relevantes, como apontado por Levien, Watts e Yan (2018), no seu artigo intitulado “Agrarian Marx” na edição especial de 200 anos de Marx na revista *The Journal of Peasant Studies*. Neste artigo, Levien, Watts e Yan apontam as consequências da má distribuição de renda ocasionada pela pressão causada na relação ente o proprietário de terra e arrendatários, que com o poder de mercado e demasiada criação de pequenos conglomerados (carteis) de terras e indústrias verticalmente integradas (podendo aqui ver a presença do pensamento de Pasinetti em setores verticalmente integrados, como mostram Antunes e Araujo, 2020) com esse setor, passam a explorar a mão-de-obra de modo que a “lei do movimento” apresentada por Wood valha. Neste sentido, em muitos casos, quando não maquinado o sistema agrário, este passa a oferecer trabalho análogo à escravidão, onde o trabalhador, muitas vezes, não recebe um salário de fato, mas há a presença da mais-valia no sistema (De Souza & Thomas Júnior, 2019). Todos estes apontamentos têm como objetivo comparar os resultados dos estudos relacionados à industrialização dos Frigoríficos no Mato Grosso do

Sul e comparando como se dá a precarização do trabalho neste setor e seus efeitos com relação à produtividade nacional.

3. Frigoríficos: o aperfeiçoar do beneficiamento da carne

A crisálida da indústria frigorífica fora rompida com o surgimento e popularização dos refrigeradores, o seu gérmen, contudo data das primeiras décadas do século XVI. De Pádua Bosi (2014) apresenta os primórdios das indústrias frigoríficas, as guildas dos açougueiros:

A corporação dos açougueiros edificada em 1527 na cidade de Hildesheim, norte da Alemanha, é uma das mais emblemáticas evidências do esplendor vivido por este ofício. Este prédio tinha sete andares e sua altura chegava aos 26 metros. Sua porta, por onde passavam os animais que seriam abatidos lá dentro, media aproximadamente 2,5 metros, e as paredes, com uma espessura de 1,5 metros, garantiam uma ótima refrigeração para a carne (De Pádua Bosi, 2014, p. 84-5).

Os açougues, na maioria das grandes cidades europeias do século XVIII, causavam incômodos. Os transtornos eram gerados pelo “trânsito dos rebanhos pelas ruas das cidades, o barulho, o mau cheiro, a sujeira e também a ameaça de contaminação” (De Pádua Bosi, 2014, p. 92). Como medida para diminuir o impacto, ocorreram a ampliação das ações de fiscalização e a criação dos abatedouros públicos. Deixando de figurar nos centros da cidade, tal empreendimento se constituiu em plantas industriais arquitetadas com:

o objetivo de separar as etapas do trabalho em instalações específicas e articuladas entre si. A rigor os matadouros contavam com currais de madeira em sua parte externa, com a função de receber e abrigar os rebanhos que seriam abatidos. Destes currais os animais eram levados para outro cercado menor que se ligava a um corredor, também feito de cercas de madeira, que conduzia às salas de abate onde bois eram imobilizados e sangrados. Depois disso, a carcaça era suspensa e presa a ganchos e correntes, seguindo para outra sala para ser esfolada e cortada (De Pádua Bosi, 2014, p. 95-6).

A inserção dos matadouros públicos atingiu os objetivos esperados: “um aparato técnico que compelia a sociedade a esquecer de seus aspectos sangrentos, tornando-os praticamente invisíveis” (De Pádua Bosi, 2014, p. 96). Isso só foi possível pois “pensado como máquina, o matadouro limpou as cidades de parte do trabalho dos açougueiros,

aquela que entupia as ruas com o trânsito de animais, o mal cheiro, o sangue e o barulho, avançando na conversão dos açougues em lojas asseadas de venda de carne” (De Pádua Bosi, 2014, p. 96). No Brasil os matadouros demoraram a surgir, como aponta um documento do IBGE de 1908:

Sobre essa materia não ha muito a dizer. Ainda ha pouco, numa serie de artigos referentes a este palpitante assumpto dizia sr. Padua Rezende que os estabelecimentos de açougue, e matadouros pelos processos frigorificos [sic], adoptados em quasi todos os paizes do mundo, era uma dos mais importantes problemas d'entre os que mais interessam á nossa producção e o nosso movimento economico. O serviço do nosso principal Matadouro, o do Curato de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, deixa muito a desejar, até quanto á fiscalizaçãõ, que poderia ser mais regular e rigorosa (IBGE, 1908, p. 431).

Como visto no excerto, o processo das indústrias frigoríficas em território nacional tivera um outro percurso. O frigorífico do Rio de Janeiro era abastecido com gado oriundo de Minas Gerais, entretanto, o consumo brasileiro de carne verde só foi se expandir décadas depois. Predominava o consumo do charque, e sua produção em território nacional foi propulsora para a indústria frigorífica, como ver-se-á nos tópicos seguintes.

3.1. As charqueadas do sul da Província de Mato Grosso

A indústria ligada à carne que vigorava no país, no final do século XIX e início do século XX, eram as charqueadas (Corrêa & Corrêa, 2010). Encontradas nos estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso, as indústrias nacionais apresentavam concorrência e, também, alternativas às charqueadas da Argentina e Uruguai. Nos campos platinos se viu a substituição do gado pelos rebanho de ovinos, como descrito por Esselin (2011, p. 291): “com vistas à exportação de lã, e a criação de ovinos, que passaram a ocupar as pastagens antes destinadas à pecuária bovina, abastecedoras das charqueadas platinas”.

Como explicita Corrêa e Corrêa (2010, p. 45), houve dois caminhos de desenvolvimento da produção do charque:

A produção de charque, couros e outros derivados do boi, no período posterior à guerra com os paraguaios, no final do século XIX, enquanto seguimento derivado da economia pecuária, desenvolveu-se em duas direções, percorrendo os mesmos caminhos do boi de Mato Grosso: um voltado ao mercado externo da bacia do Prata ou aos mercados nacionais

da orla marítima atlântica; outro, rumo aos mercados interiores mineiros e paulistas, atravessando sertões com comitivas, além de uma parcela destinada ao consumo interno das fazendas e das cidades mato-grossenses. Posteriormente, o charque também foi transportado pela ferrovia Noroeste do Brasil, porém em menor escala.

Após o final da guerra do Paraguai o estado do Mato Grosso, em sua maioria, passa a ser abastecido por vias marítimas. O transporte via bacia da Prata era menos oneroso e mais rápido (Alves, 1984). Possibilitava a exportação e também a ligação com a capital federal, sem necessariamente enfrentar o longo e precário caminho de Goiás (Queiroz, 2016). Desponta e se intensifica a comercialização dos produção saladeira.

A primeira indústria charqueadora do estado de Mato Grosso fora estabelecida por Rafael Del Sar, no ano de 1873, em Descalvado, município de Cáceres, próximo da fazenda Jacobina (Esselin, 2011). Esses empreendimentos além do charque, produziam couro, chifres, crina e graxa. A produção mundial de charque nos anos de 1896 a 1905 foi de 948 mil toneladas, sendo que 80% foram consumidos no Brasil (IBGE, 1986, p. 432).

No ano de 1880, o empresário Jaime Cibils Buchareo, uruguaio, proprietário da empresa Jaime Cibils & Hijo, chega a Mato Grosso para adquirir o saladeiro e também a fazenda Jacobina, “que foi a leilão após a morte do seu legendário proprietário João Carlos Pereira Leite” (Wilcon, 1992, p. 139-140 apud ESSELIN, 2011, p. 292). Após a mudança de proprietário, passaram a produzir extrato e caldo de carne, utilizando-se de métodos produtivos que deslumbraram o presidente da província: “Consta-me que é uma fábrica em proporções bastante desenvolvidas, empregando machinas movidas a vapor e numeroso pessoal, que acusam mui abultado capital n’ella convertido” (Barão do Batovy, 1884, apud Esselin, 2011, p. 292).

No relatório do IBGE de 1908 apresenta o volume de produção do saladeiro de Descalvados:

Em Matto Grosso, á margem do rio Paraguay, a pouca distância de São Luiz de Caceres, ha um importante saladeiro, fundado pelo cidadão uruguayo Jayme Cibils, e que é hoje propriedade de uma associação belga. Ahi são abatidas cerca de 60.000 rezes por anno, sendo seus productos transformados em extractos de carne e conservas. Esta xarqueada possui mais de 200.000 cabeças de gado vaccum, espalhadas numa área de 240 leguas quadradas. Além do extracto de carne, reduzido a pó, e lingua,

também é aproveitada a medula e ossos. O mesmo estabelecimento exporta couros, chifres e unhas ou garras; com o resto da carne alimentam-se os porcos, que igualmente são transformados em outras especiarias (IBGE, 1986, p. 437).

Conforme observado acima, a charqueada Descalvado havia sido vendida em 1885 para o sindicato belga, Societé Industrielle et Agricola du Bresil, e depois, em 1899, fora transferida para o banco belga, L'Outre Mer (Esselin, 2011). O movimento de capital estrangeiro no interior mato-grossense desperta Gilberto Luiz Alves (1984, p. 23) para análise de que:

as transformações incidiram mais sobre a qualidade do que sobre a quantidade, cuja mais vigorosa manifestação foi a implantação da indústria moderna na região. Presenciou-se, nesse instante, Mato Grosso transitando do período manufatureiro para o da maquinaria industrial. E, assim como essa transição definiu a superação da indústria manufatureira pela moderna.

Acrescenta-se que no ano de 1914, os trilhos da Ferrovia Noroeste estavam quase completos, como destaca Campestrini (2009, p. 250): “os trilhos encontraram-se, em 1914, na estação Ligação, (30 km ao leste de Campo Grande), possibilitando o transporte entre Bauru e Porto Esperança, fazendo-se a travessia do rio Paraná, em Três Lagoas, por ferry-boat”.

A instalação da ferrovia permitiu uma nova forma de transporte para os produtos das charqueadas, como aponta Queiroz (2016, p. 142) “a indústria da carne, por exemplo, superou a dependência das vinculações platinas, que haviam presidido a seu início, e adaptou-se perfeitamente à nova configuração dos transportes iniciada com a construção da ferrovia”. A facilidade do transporte, somados a um mercado favorável às carnes industrializadas, permitiu a ampliação do número de charqueadas, eram 22, em 1920 (Esselin, 2011, p. 314), eram eles:

a) As margens do rio Paraguai; Saladeiro Descalvado, em São Luiz de Cáceres; Saladeiro Bagoray, Saladeiro Corumbá e Saladeiro Rebojo, em Corumbá; Saladeiro Barranco Branco, e, Saladeiro Matto Grosso, ambos em Porto Murtinho;

b) As margens do rio São Lourenço; Saladeiro Alegre, em Coxim;

c) As margens do Rio Cuiabá; Saladeiro São João, em Poconé, e, Saladeiro Cuiabá, em Cuiabá;

d) As margens da ferrovia Noroeste; Saladeiro Pedra Branca, em Miranda; Saladeiro Aquidauana, em Aquidauana; Saladeiro Campo Grande, Xarqueada Eliseu Cavalcante, Xarqueada Salustiano de Lima, Xarqueada Antônio Ignácio da Silva, Saladeiro Rio Pardo, e, Saladeiro Esperança, todos esses, em Campo Grande; Saladeiro Serrinhá, Xarqueada Matto Grosso, Xarqueada Santa Luzia, Xarqueada Villa Velha, e, Xarqueada Tombo, esses, em Três Lagoas.

O período da segunda e terceira década do século XX é marcado pela ampliação das charqueadas e pelo movimento de investimento de empresários locais neste negócio. As primeiras instalações foram realizadas por estrangeiros, que introduziram a preparação do charque realizada pelas indústrias argentinas e uruguaias:

A influência da técnica platina na elaboração do charque mato-grossense fica patente se compararmos as formas de preparação do produto nos saladeiros do Prata com as empregadas nas charqueadas de Mato Grosso. Os processos são idênticos. Inclusive, por muito tempo, alguns desses estabelecimentos continuaram a ser chamados de saladeiros no estado, uma espécie de tradução para o português do nome platino (Nascimento, 2011, p. 22-23).

Mister salientar o debate sobre a presença das charqueadas na região sul mato-grossense. Há uma interpretação que a simples presença das charqueadas não os alça como potência industrial, apenas reforça a sua existência devido aos baixos custos produtivos e excesso de matéria-prima. Uma “área pobre e periférica, produzindo e comercializando carne salgada e seca com técnicas primitivas e de baixa qualidade” (Corrêa & Corrêa, 2010, p. 60-61. Grifos do autor).

Contudo, dentre os limites estabelecidos pela feitura do charque – a necessidade de conhecimento prático e experiência dos trabalhadores e a dependência de fatores naturais como sol e vento – as grandes indústrias possuíam instalações modernas e adequadas às exigências sanitárias, que se adensaram após 1921, sob pena de fechamento dos estabelecimentos, o que ocorreu com várias pequenas charqueadas do sul do estado de Mato Grosso (Nascimento, 2011). Sobre o grau de modernização,

exemplifica-se com a charqueada Otília, na década de 50 que, “montou moderno laboratório para produzir extrato de fígado pelo processo cohn-minon ” (Nascimento, 2011, p. 46) e

a charqueada Barrinhos, nessa mesma época, possuía uma rede de telefones semiautomática que a ligava à cidade de Corumbá, numa extensão de 9 km. E, de acordo com um plano de melhoramento, a empresa havia instalado um açougue com câmara frigorífica, com capacidade para 35 reses, visando o abastecimento de carne verde para o município (Nascimento, 2011, p. 47).

O ápice da produção e exportação de charque no estado de Mato Grosso, se deu nos anos de 1908 a 1928. Após estes anos sofreu decréscimo (Corrêa & Corrêa, 2010). Destaca-se que o período de expansão

coincidiu com uma fase de desarticulação dos saladeros platinos e o início das dificuldades das charqueadas gaúchas com a concorrência dos frigoríficos pela mesma matéria-prima. Esquese problema só seria enfrentado mais tarde pelas charqueadas de Mato Grosso. Assim, a manufatura de charque mato-grossense, além de contar com boas opções de mercado consumidor, teve a sua expansão em um período em que os seus principais concorrentes enfrentavam dificuldades (Nascimento, 2011, p. 65).

O soçobrar dessa indústria possui motivos variados, contudo, um dos mais importantes, como visto no excerto acima, são a expansão dos frigoríficos que

desde os anos de 1880 já existiam frigoríficos na região platina, cujo funcionamento e produção foram responsáveis pela decadência da produção saladeiril argentina e uruguaia no final do século XIX, refletindo-se na produção gaúcha brasileira. No Brasil, os primeiros frigoríficos foram implantados no eixo São Paulo-Rio de Janeiro-Minas Gerais a partir de 1912 a 1917 e, da mesma forma, esse impulso da moderna tecnologia de esfriamento da carne provocou também uma substancial mudança na produção e na comercialização do charque mato-grossense (Corrêa & Corrêa, 2010, p. 55).

Mesmo tendo se modernizado, a indústria de charque sucumbiu e os frigoríficos foram substituindo-a. Mudanças no padrão de consumo foram responsáveis pela ascensão e popularização dos frigoríficos. A inserção de refrigeradores domésticos somado à ampliação da rede elétrica permitiam acesso à carne, e que ela pudesse ser armazenada sem dificuldades. O anuário estatístico elaborado pelo IBGE, em 1970, traz que 42,5%

das residências em área urbana possuíam geladeira e em áreas rurais apenas 3,2% das residências, contudo, apresentavam resultados profícuos quando comparados a 1960; 23,3% das residências urbanas e 1,3% das residências rurais contavam com um refrigerador (IBGE, 1980, p. 275). A inserção dos refrigeradores no cotidiano modifica a relação do ser humano com a carne, o consumo deixa de ser esporádico.

Essa inovação tecnológica, mesmo que setorial e residencial, trata-se de uma Mudança de Estrutura na economia, uma vez que afeta o modo de produção e armazenamento das carnes. Essa mudança estrutural concentra os estudos de Pasinetti (1981, 1993) e posteriormente as análises verticalmente integradas, tais como os estudos de Ricardo (2013), Antunes e Ricardo (2021) e Acypreste e de Araujo Oliveira (2022-forthcoming). Apesar de esses autores trabalharem com agregações, para eles, o importante se dá pela análise verticalizada, onde a aderência de uma nova tecnologia, seja ela para o consumo ou para a produção, afeta diretamente o nível de produtividade do bem, e neste caso, alonga a vida do mesmo bem, afetando, assim, o produto da economia em questão (Mato Grosso do Sul). A próxima sessão trata mais a fundo o tema, uma vez que não mais estamos falando do avanço tecnológico no cotidiano das pessoas, mas na evolução da tecnologia no setor frigorífico.

4. Indústria frigorífica: o surgimento e a política de expansão

O matadouro municipal instalado no Rio de Janeiro não se apresenta como referência para a indústria frigorífica. Como visto, era um ambiente insalubre e não despontara nas décadas seguintes no processo de transformação e industrialização brasileira. O matadouro Curato de Santa Cruz, quando comparado, se aproximava, em estrutura, aos matadouros públicos europeus do século XVIII e às indústrias frigoríficas do início do século XX, a destacar os frigoríficos de Chicago (Varussa, 2016).

Os primeiros frigoríficos instalados aos moldes do que se apresenta na fase de manufatura moderna, se dão nas décadas de 1910 e 1920. Os primeiros grupos a se instalarem foram: o grupo Anglo, Armour, Swift, Sulzberger, e Wilson, sendo o primeiro inglês e os demais de origem estado-unidense (Sato, 1998). A exemplo, a Companhia Frigorífica Anglo Pastoril, foi instalada em Barretos, em uma sociedade formada pelo conselheiro Antônio Prado e o Grupo Anglo (Remijo, 2013). A instalação desse frigorífico

deu-se próxima ao ramal da linha férrea, que permitia escoar a produção para as cidades abastecidas via estrada de ferro, São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo.

A política de atuação dos frigoríficos de capital estrangeiro pautava-se em plantas de grande escala e seu foco de comercialização eram as exportações. Essa forma de gestão levou a uma coexistência com pequenos e médios frigoríficos nacionais que surgiram nessas primeiras décadas do século XX, todavia, esses grupos internacionais detinham alta concentração de mercado até a década de 1950, como ilustra Sato (1998, p. 80-81):

Até 1952 cerca de 60% do mercado interno para carne bovina distribuíam-se entre quatro grandes multinacionais: Swift, Anglo, Armour e Wilson. Nesse período, essas multinacionais optaram por não se expandir, de tal forma que, em 1964, doze anos após, participavam somente em 16% do mercado, abrindo espaço para a expansão das empresas nacionais.

A década de 40 reuniu condições favoráveis aos frigoríficos. O setor encontrava-se em oligopólio, com demanda do mercado externo, e permitiu-se o abate de reses, além da reposição. Esses fatores, influenciados pelo pós-guerra (Fernández & Lauxmann, 2019), levaram a uma crise de abastecimento em território nacional. Para minimizar esse efeito, o governo federal proibiu a exportação de carne e tabelou o preço de vários produtos, incluindo a carne e alguns derivados, no ano de 1943. Entretanto, essa medida foi revogada em 1951 (Mueller, 1987).

O oligopólio estabelecido pelos frigoríficos tem como resultado a observação de que:

enquanto as populações do Rio de Janeiro, de São Paulo e de outros pontos do país adquirem insuficientemente e com mil sacrifícios um gênero indispensável à vida, como a carne, não encontram os pecuaristas de Mato Grosso e de Goiás forma como vender o seu gado (Silva, 1989, p. 161).

Os frigoríficos no estado de Mato Grosso surgiram como forma de atender as demandas dos pecuaristas locais, que ao vender os seus bois para os frigoríficos localizados no estado de São Paulo e no Rio de Janeiro, assumiram um custo alto pelo transporte, a perda de peso do rebanho, e ainda, estavam reféns da política de preço empregada pelos frigoríficos [agregada ou setorialmente, o efeito do oligopólio nos preços, ou o chamado mark-up, tem efeito negativo para o consumidor. Para maiores esclarecimentos, veja Dutt (1984). Como forma de reverter essas políticas de preço, e o

oligopólio dos frigoríficos estabelecidos, em 1947, na cidade de Campo Grande, foi inaugurado o Frigorífico Matogrossense – FRIMA (ACRISSUL, 2019).

A sua construção iniciou-se em 1947, com o lançamento da pedra fundamental e o início dos abates deu-se no ano subsequente. A iniciativa contou com mais de 100 fazendeiros da região que se organizaram em um consórcio e arrecadaram os recursos necessários para a realização da obra. O frigorífico “representava o primeiro passo para a independência econômica de Mato Grosso no domínio da pecuária, que com essa indústria iniciava uma competição econômica num estágio mais adiantado, com aproveitamento do couro, do sebo e de outros subprodutos” (Nascimento, 2011, p. 109).

Ainda assim, havia pressão dos grupos de pecuaristas sobre o governo, que veio a surtir efeito, quando em 1950, a Lei nº 1.168 foi promulgada. A lei dispunha sobre benefícios a serem concedidos para estabelecimentos industriais que se instalassem em zonas de criação pecuária (Nascimento, 2011). O início da década de 50 é marcado pela ação estatal para estimular a indústria nacional, e tornar mais rigorosas as ações de inspeção industrial e sanitárias. O objetivo dessas ações é a modernização industrial, como expresso por Aurélio Neto (2018, p. 110)

por meio da Portaria n. 128, de 28 de janeiro de 1951, o governo federal determinou a substituição das antigas charqueadas por matadouros industriais e frigoríficos de capital nacional, e elencou locais do território nacional onde deveriam ser construídos novos estabelecimentos industriais processadores de carnes, com o “Plano Federal de Instalação de Frigoríficos de Capital Nacional”. Tal medida contrariava os interesses das multinacionais estrangeiras, que operavam de forma oligopolista no território brasileiro.

Já no ano seguinte, com o Decreto n. 30.691 de 29 de março de 1952, o Estado instituiu um novo regulamento para a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, com o objetivo de modernizar a indústria de carnes, extinguindo a instalação de novas charqueadas ou outros estabelecimentos que não fizessem aproveitamento integral da matéria-prima.

Nas décadas posteriores, outros frigoríficos foram surgindo no território do Mato Grosso do Sul. Contudo, a grande expansão em número de indústrias desse ramo, dar-se-á apenas no início da década de 1990. Entretanto, ressalta-se que o estado de Mato Grosso, no ano de 1977, tem seu território desmembrado em dois, permanecendo o estado

de Mato Grosso, com a capital em Cuiabá, e Mato Grosso do Sul, instalado com a capital em Campo Grande (Camprestrini, 2009). Ao apresentar um panorama da regionalização da pecuária bovina, Arruda e Sugai (1994), expõe que em 1984, havia apenas cinco estabelecimentos frigoríficos registrados no SIF no estado de Mato Grosso do Sul, conforme quadro abaixo:

Tabela 1: Matadouros-frigoríficos de bovinos no estado de Mato Grosso do Sul em 1984

Nº de inscrição	Nome	Município	Ano Habilitação SIF	Capacidade instalada cab/hora.
329	FRIGOTEL – Frig. Três Lagoas Ltda	Três Lagoas	1981	20
615	Kaiowa- Frig. Mato Grosso Ltda.	Anastácio	1962	80
888	Matadouro Eldorado S.A. – Matel	Campo Grande	1964	40
1662	Frigorífico Bordon	Campo Grande	1968	80
1867	Frigorífico Dourados	Dourados	1975	80

Fonte: Adaptado de Arruda e Sugai (1994, p. 106-107).

Salienta-se que o ano de habilitação do SIF difere do ano de instalação dos frigoríficos. A exemplo, tem-se as instalações do frigorífico Bordon, registro 1662, são as mesmas do FRIMA e, atualmente, o registro refere-se a uma unidade do Grupo J&F. Essa constatação é possível pelos registros da localização do frigorífico, conforme apontam Rech (2010) e Nascimento (2011) e a manutenção do número de registro do SIF (Agricultura, 2018).

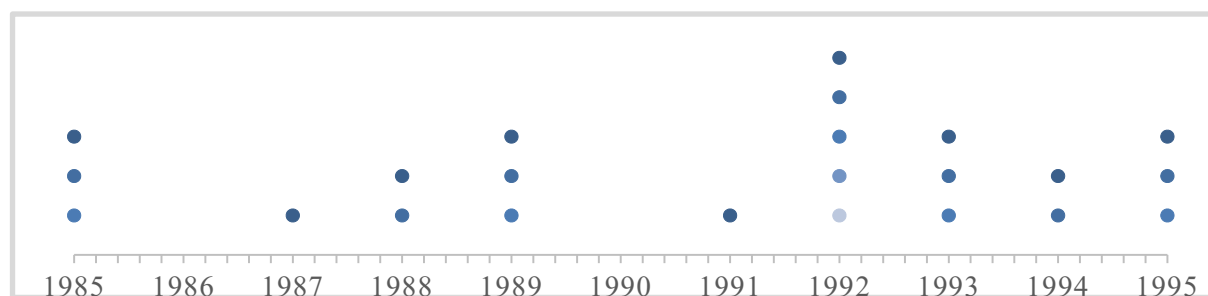
A expansão dos frigoríficos no início dos anos 90 no estado de Mato Grosso do Sul, possui novamente incentivo do Estado, que, a partir de 1983, institui o programa “Pro-indústria”, que permitia o período de 36 meses de carência no recolhimento de ICMS. Em 1987, o programa foi editado e “o Estado, num prazo de 60 dias, devolvia até 67% do montante sem correção” (FIEMS, 1993, p. 17). Soma-se à política de incentivo fiscal a criação do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado, pela Lei 1239 de 18 de dezembro de 1991 (FIEMS, 1993). A publicação da Federação Industrial do Estado de Mato Grosso do Sul aponta em suas considerações finais que

com este enfoque concluímos que a maioria dos estados brasileiros estão buscando uma nova forma de promover o seu desenvolvimento,

principalmente através de concessão de incentivos, proporcionando condições para que novas empresas venham e desenvolvam suas atividades na região, sempre levando em consideração as vantagens locais, permitindo que o crescimento ocorra de forma ampla e harmônica (FIEMS, 1993, p. 31).

A política de incentivo possibilitou a instalação de novos frigoríficos e, ao final do ano de 1995, havia 28 unidades registradas no SIF. Ao analisar apenas o número de estabelecimentos instalados no estado de Mato Grosso do Sul, verifica-se como acertada a política de incentivos (Bresser-Pereira, 2004; Fernandez & Lauxmann, 2019), e há o incremento de 23 unidades instaladas em um período de dez anos, como demonstrado na Figura 2. Essa apresenta, por ano, quantos foram os empreendimentos inscritos no SIF, no período entre 1985 e 1995. Observamos que, no ano de 1992, constou o maior número de habilitações, com 5 registros:

Figura 1: Unidades frigoríficas instaladas entre os anos de 1985 a 1995



Fonte: Elaboração Própria, (SIPOA/DDA/SFA-MS, 2019)

Os 28 estabelecimentos instalados estavam divididos em 24 grupos empresariais que detinham a sua propriedade. Observa-se que neste período a política industrial brasileira era voltada ao conhecido “Processo de Substituição de Importações”, que tinha por objetivo incentivar que a produção nacional fosse voltada para fora, processo este defendido pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), desde os anos de 1960, mas que no Brasil toma força em meados dos anos de 1980 até os anos 2000, como mostra Franco e Baumann (2005) e Novais (2018). Esse processo, então, favorece a industrialização do setor de frigoríficos. Contudo, esse processo sofre críticas e ataques por parte da própria heterodoxia, que hoje vê a dificuldade em mensurar e auxiliar o processo de industrialização rápida e mecanizada com a determinação do emprego na

sociedade.

O grupo com maior número de frigoríficos possuía três estabelecimentos em operação no estado, enquanto outros dois grupos possuíam duas unidades cada. No entanto, a concentração no setor mudou nos último 20 anos. O processo de concentração será discutido na sequência.

5. Concentração do setor industrial frigorífico

O movimento de concentração do capital tem sido estudado como cadeia produtiva da carne, ou sistema agroindustrial complexo – SAG da carne. Tais nomenclaturas são utilizadas para compreender os elos e atores envolvidos na fórmula geral do capital. Para melhor compreender, conceituam cadeia de produção como “um conjunto de relações comerciais e financeiras que estabelecem, entre todos os estados de transformação, um fluxo de troca, de montando a jusante, entre fornecedores e clientes” (Michels, Sproesser & Mendonça, 2001, p. 23). Estudam o ciclo do produto, D – D, porém, utilizam as nomenclaturas acima.

O processo de concentração dentro do setor tem preocupado diversos grupos, contudo, na vanguarda da discussão de concentração do setor estão os pecuaristas. Como exposto por Coleman e Cunha (2011, p. 94) “observa-se no SAG da carne bovina a existência de conflitos nas relações entre os agentes envolvidos com a produção e aqueles envolvidos com o abate dos animais e o processamento da carne, caracterizando uma histórica rivalidade no setor”.

Nessa rivalidade histórica apontada pelos autores supracitados, em um artigo publicado em 1981, quem desfrutava de melhor situação nos processos de circulação da mercadoria eram os pecuaristas. Mesmo que não organizados formavam um oligopólio, e dessa forma determinavam o valor do produto:

A conjuntura econômica atual está extremamente favorável aos pecuaristas. Eles se encontram numa situação privilegiada e os seus grupos, apesar de não serem organizados, formam um oligopólio quase perfeito. Estranhamente não existe um conluio formal entre os componentes do setor; entretanto, os preços estão sendo mantidos no mesmo nível por todos, e os instantes de quebra da linha estabelecida são

raros e insignificantes.

Quanto aos frigoríficos, estes não têm, atualmente, as condições para formar oligopsônios. A concorrência na compra é limitada pelo oligopólio pecuarista, que mantém preços uniformes. Também, a grandeza dos recursos financeiros necessários para formação das condições para oligopsônio não existe no lado dos frigoríficos (Yardley-Podolsky, 1981, p. 54).

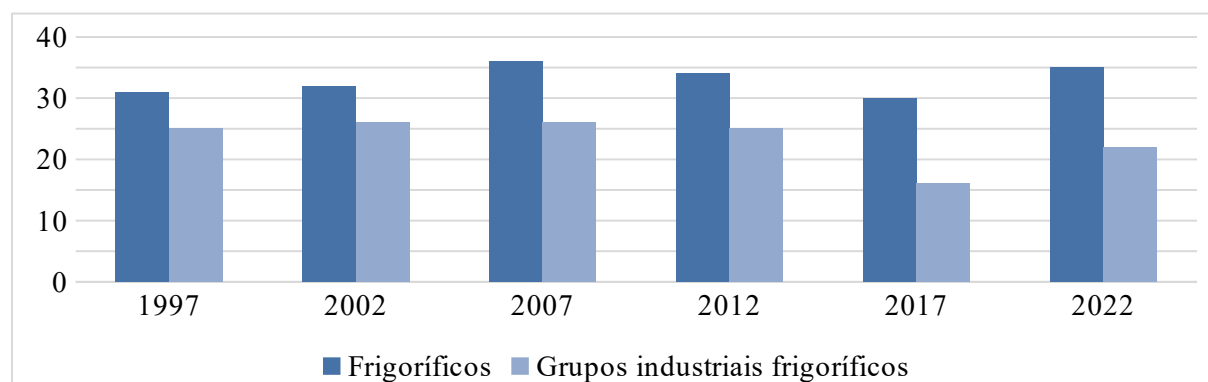
Contudo, essa situação sofreu alterações e no início dos anos 2000 apontavam o capital comercial em melhor situação em relação aos outros, nas determinações sobre o produto e as formas que seriam geridas as relações entre os capitalistas, conforme apontam Michels, Sproesser e Mendonça (2001, p. 134):

Confere às empresas um forte poder de negociação perante os fornecedores, devido aos altos volumes comercializados. O poder comercial dessas empresas vem se consolidando gradativamente ao longo dos anos através de aquisições de empresas menores que atuam em mercados regionais. Esse processo de expansão tem sido visto como uma ameaça de dominação do setor por poucas empresas, o que submeteria os fornecedores a uma situação de maior dependência comercial. De fato, a tendência no setor é um aumento cada vez mais significativo da participação das grandes redes de hipermercados e supermercados.

Todavia, novas transformações no ciclo do produto ocorreram e a concentração do setor industrial frigorífico permitiu que despontasse como capitalista principal nas transações do produto. Constata-se que no ano de 2017 havia 30 unidades frigoríficas responsáveis pelo abate de bovinos em atividade no estado de Mato Grosso do Sul e estas unidades pertenciam a 16 empresas diferentes. O maior grupo possui 7 plantas em operação e é responsável por, aproximadamente, 40% de abate de bovinos no estado. O segundo maior grupo, possui duas plantas e é responsável por 10,69% dos abates que ocorreram no ano de 2017. Desta forma, tem-se nove plantas, 30% das unidades habilitadas abatem 50% dos bovinos de Mato Grosso do Sul (SIPOA/DDA/SFA-MS, 2019). As mudanças no setor, em número de plantas frigoríficas e os grupos de controle desses frigoríficos, podem ser vistas na 2.

Insta salientar que um estudo aponta como conclusão que os frigoríficos se apresentam como oligopsônio, e “portanto, tem potencial para exercer poder de mercado sobre os pecuaristas” (Moita & Golon, 2014, p. 790) e essa situação pode ser pior, em algumas regiões em que os frigoríficos detém monopólio regional.

Figura 2: Frigoríficos de bovinos e grupos industriais frigoríficos de bovinos no estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: Elaboração Própria, (SIPOA/DDA/SFA-MS, 2019)

As justificativas para a concentração do setor são variadas, uma delas é a dificuldade de inserção de outras empresas, visto que os grupos que estão inseridos possuem “escala” enquanto outros não, como exposto no excerto abaixo:

apresenta uma estrutura concentrada em que um reduzido número de empresas responde por parcela significativa das exportações nacionais. Essas empresas operam em todo o território nacional, com plantas industriais exportadoras localizadas, basicamente, no Centro-Oeste, Norte e Sudeste do país. Identifica-se como principal barreira à entrada a necessidade da empresa possuir escala produtiva (capacidade de abate de animais e processamento de carne) (Queiroz Coleman & França da Cunha, 2011, p. 106).

Outra justificativa posta é a queda da margem de lucro. Vale ressaltar que as publicações que apontam essa alternativas, estão calcadas em ideais liberais, como o texto de Carvalho e De Zen (2017) e um outro texto de Moita e Golon (2014)., que, conforme o excerto, demonstra queda de margem de lucro:

a margem média dos frigoríficos cai nos anos de 1990 e mantém-se estável ao longo da década passada. A queda da margem nos anos 1990 pode ter sido uma das responsáveis pela onda de consolidação do início do ano 2000. A consolidação seria uma estratégia de sobrevivência de firmas que teriam de aumentar suas margens via redução de custo ou aumento de poder de mercado (Moita & Golon, 2014, p. 790).

É mister ressaltar que esse movimento do capital fora exposto por Marx. O movimento de concentração ocorrido na indústria frigorífica de Mato Grosso do Sul, pode

ser compreendido como efeito da “luta concorrencial [que] é travada por meio do barateamento das mercadorias. O baixo preço das mercadorias depende, *caeterisparibus*, da produtividade do trabalho, mas esta, por sua vez, depende da escala da produção. Os capitais maiores derrotam, portanto, os menores” (Marx, 2013, p. 702). E possui relação com a lei de queda da taxa de lucro, pois

edifícios, instalações de aquecimento e iluminação etc. iguais custam relativamente menos para a produção em grande escala do que para a produção em pequena escala. O mesmo pode ser dito da maquinaria de força e de trabalho. Embora seu valor suba em termos absolutos, ele cai em termos relativos, quanto à expansão crescente da produção e à grandeza do capital variável ou da massa da força de trabalho que é posta em movimento (Marx, 2017, p. 110).

O movimento de ampliação dos capitais industriais maiores em detrimento dos menores fora observado na 2 que analisando as informações constantes no SIF (SIPOA/DDA/SFA-MS, 2019) expõe a concentração do setor. Outra fonte de dados passível de consulta é a forma jurídica que consta na RAIS. É possível observar, no Quadro 2, um incremento, ano a ano, do número de estabelecimentos com sociedade aberta. Tais empresas são utilizadas a nomenclatura de sociedade aberta pois possuem, na composição de seu capital, acionistas, muitas vezes, negociando as suas cotas (ações) no mercado de ações. No caso do Brasil, quando a empresa possui ações, elas são negociadas pela B3 .

São cinco as empresas listadas na B3, no ramo de alimentos, e possuem frigoríficos próprios, destas quatro possuíam plantas de produção no estado do Mato Grosso do Sul, até o ano de 2015, são elas: BRF S.A.; JBS S.A.; Marfrig Global Foods S.A.; e Minerva S.A (B3, 2019). A empresa Minerva, que possuía um frigorífico na cidade de Baytaporã encerrou suas atividades no ano de 2015, contudo, em 2018 reiniciou reconstrução da planta produtiva para possível reabertura do frigorífico (PMP, 2018).

O quadro abaixo evidencia a mudança das tipologias societárias dos abatedouros de reses, exceto suínos, no estado de Mato Grosso do Sul. Há um crescimento no número de empresas de sociedade aberta, em detrimento de uma diminuição de empresas de sociedade limitada. Como já observado nos dados extraídos dos relatórios do SIF e reafirmados pelos dados obtidos pela RAIS.

Quadro 1: Tipologia societal dos frigoríficos de abate bovino do estado de Mato Grosso do Sul, nos anos de 2012 a 2020.

Tipologia empresariais	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Sociedade Aberta	9	14	12	14	12	15	15	15	14
Sociedade Fechada	9	8	5	5	6	1	1	2	3
Sociedade Limitada	64	65	61	53	50	40	60	58	60

Fonte: Elaboração Própria, (Brasil, s.d.)

Com a mudança da tipologia societal das empresas, o impacto é sentido pelos trabalhadores na distribuição das vagas de emprego, se concentrando em unidades escolhidas para a continuidade da produção, enquanto outras plantas são fechadas, deixando os trabalhadores a própria sorte, como citado acima. E tem por função, as unidades mantidas, concentrar um número maior de trabalhadores, como exposto abaixo:

Tabela 2: Número de trabalhadores por tamanho da empresa

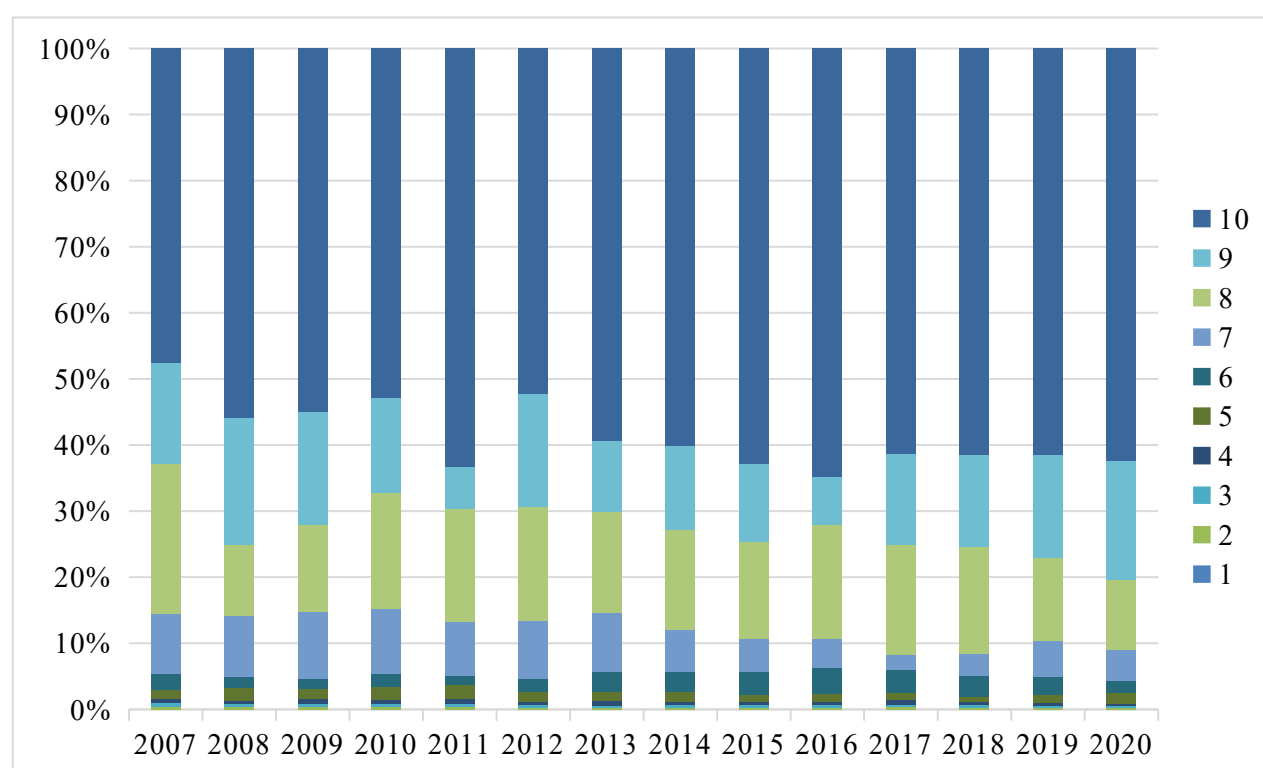
Tamanho da Empresa Número de funcionários	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
1 0	0	0	0	0	0	0	0
2 Até 4	83	87	79	74	68	88	79
3 5 a 9	130	94	115	87	109	110	80
4 10 a 19	152	181	141	142	113	182	132
5 20 a 49	316	333	484	348	240	267	378
6 50 a 99	554	345	283	715	845	919	793
7 100 a 249	2053	2228	1765	2158	1192	596	1537
8 249 a 499	5144	2940	3687	3689	3530	4336	3658
9 500 a 999	3486	3793	1358	2571	2819	3596	4510
10 1000 ou mais	10795	12198	13653	14308	15142	16041	17813
Total	22713	22199	21565	24092	24058	26135	28980

Fonte: Elaboração própria (Brasil, s.d.).

Os dados representados na Tabela 2 e Figura 4 demonstram que o setor de

frigoríficos teve um incremento de 15% no número de funcionários no período de 2007 à 2020. A crescente no número de empregos não foi distribuído uniformemente entre todas as classes de tamanho das empresas. Os registros estão distribuídos da seguinte forma: 1, zero funcionário; 2, até quatro; 3, de 5 a 9 funcionários; 4, de 10 a 19 funcionários; 5, de 20 a 49 funcionários; 6, de 50 a 99 funcionários; 7, de 100 a 249 funcionários; 8, de 250 a 499 funcionários; 9, de 500 a 999; e, 10, quando possuir 1000 ou mais funcionários (Brasil, s.d.).

Figura 4: Concentração de trabalhadores por tamanho da empresa



Fonte: Elaboração própria (Brasil, s.d.)

Observa-se que as empresas com mais de 1000 funcionários (representados no grupo 10) tiveram um aumento, proporcionalmente no setor, empregaram 47,52% dos trabalhadores, em número absoluto eram 10795 em 2007, ampliando para 62,42% dos trabalhadores, o que representa 20945 empregados ativos no ano de 2020. No curso de tempo selecionado algumas indústrias mudaram de classe, em tendência crescente de funcionários, absorvendo, em parte, as outras empresas que encerraram suas atividades.

De forma inversa, de tendência decrescente o número de funcionários das

empresas de tamanho, entre 50 e 99 funcionários, caiu de 2053 empregados em 2007 para 596 em 2017, contudo, registrou aumento nos anos seguintes, alcançando 1558 trabalhadores em 2020. Na variação percentual total no número de trabalhadores, esta faixa de classificação organizacional, representava 9,04% em 2007, teve pico de 10,04% em 2009, seguindo a linha de tendência de decréscimo, registrou em 2017 o menor nível, de 2,28% e oscilou nos anos seguintes, com 3,35%; 5,30% e 4,64% de 2018 à 2020, respectivamente.

Diante do exposto, é possível verificar a diminuição do número de plantas frigoríficas registradas no SIF nos últimos anos, sendo elas concentradas em cada vez menos grupos industriais frigoríficos, sendo apenas um desses grupos responsável pelo abate de 50% dos bovinos registrados no SIF. Soma-se a isso, a concentração e aumento do número de funcionários nessas unidades de grande porte – as empresas que empregam acima de 500 funcionários, em 2017 detém 75,13% dos trabalhadores do setor, enquanto em 2007, esse percentual era de 62,87%. Os trabalhadores submetem-se, cada vez em maior número, ao emprego disponível.

Isso representa a concentração de poder em uma menor quantidade de empresas, o que pode acarretar na conclusão de um sistema oligopolístico. No geral, como mostra Dutt (1984), quando passamos para um sistema oligopolístico, a tendência é de que a parcela salarial (wage-share) da sociedade se contraia e seja opressora ao trabalho. Essas tendências oligopolísticas verticalmente integradas representam uma queda na renda do trabalhador e, por consequência, uma queda no produto [veja Araujo (2013) e Antunes e Araujo (2021)]. O número de empresas e a tecnologia utilizada impacta na variabilidade do emprego, uma vez que a necessidade de capacitação técnica em regiões menos acessíveis torna a mão de obra mais cara e mais escassa, gerando desemprego [veja Acypreste e de Araujo Oliveira (2022) e Mollo e Amado (2015)]. Caso um desses grupos empresariais vier à falência, o impacto no quantitativo de desempregados é enorme.

6. Notas finais

O estudo apresenta contribuições ao destacar no campo do complexo agroindustrial, e situar a província de Matto Grosso, ainda no século XIX como parte integrante do desenvolvimento manufatureiro com uma indústria de processamento para

subprodutos da agropecuária. Possuía uma unidade de fabricação de extrato de fígado para a indústria farmacêutica.

De forma contrastante, o desenvolvido dos frigoríficos tal qual conhecemos deu-se inicialmente no interior paulista e depois, com a ampliação da estrada de ferro, os municípios que hoje compõem o estado de Mato Grosso do Sul, com plantas frigoríficas instaladas, e, destacam-se algumas delas ainda em funcionamento.

Nos últimos 30 anos pode-se verificar uma ampliação das unidades de abate no estado, alavancada pelas políticas de concessão de benefícios para a instalação industrial. Contudo, o número de unidades tem passado por modificações, ora por fechamento de unidades, ora por aquisições de grupos industriais, reforçando a tese marxista de concentração do capital e monopólio. Tais mudanças afetam diretamente os trabalhadores, que estão sendo alocados em unidades cada vez maiores e torna o trabalhador refém de determinado grupo empresarial, que detém o oligopólio do emprego.

Essa verificação da alta concentração dos frigoríficos detidos por uma pequena parcela da população trata-se de um processo de Mudança Estrutural na região. Esse processo, segundo os autores acima citados, visa a precarização do trabalho por parte da redução dos salários reais, uma vez que o oligopólio causa esse efeito [veja Dutt (1984), Antunes e Araujo (2021)].

Os efeitos sociais através da redução da participação do trabalhador na renda nacional, como apresentados por Marx e apontados ao longo deste trabalho, são válidos, especialmente quando tratando da concentração de renda, como apresentado na primeira sessão com referência às implicações sobre a acumulação de capital. Apesar de aqui tratarmos de apenas um setor, a integração desse setor de forma vertical (a lá Pasinetti, 1981) causa um impacto enorme em todas as contas do Mato Grosso do Sul, uma vez que se trata de um setor-motor central para a economia da região. Estes fatores poderiam ser estudados à luz das reflexões propostas por Abramovay (2012).

Com o objetivo de apreender as transformações sócio-históricas do setor frigorífico de Mato Grosso do Sul, este texto faz a reflexão à luz do pensamento econômico

heterodoxo, suscitando a Teoria Marxista da Dependência, e, como resultado evidencia a existência de indústrias ligadas aos produtos pecuários ainda no século XIX na província de Mato Grosso e o processo de concentração e tendência ao oligopólio dentre as plantas frigoríficas instaladas no território atualmente. O estudo evidencia também sobre possíveis efeitos desta concentração que poderá refletir nas condições de trabalho, renda média dos trabalhadores e possibilidades de oferta de emprego.

7. Referências bibliográficas

- ACRISSUL, Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul. (2019). Institucional. Retrieved from <http://www.acrissul.com.br/institucional>.
- Acypreste, R de, & Oliveira, J. G. D. (2022). Structural change, an open economy and employment: A structural change and economic dynamics approach. *Psl Quarterly Review*, 75(300), 47-62.
- Abromovay, R (2012). Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Edusp, São Paulo.
- Agricultura, Ministério da. (2018). Sistema de Informação do Sistema de Inspeção Federal. Retrieved from <http://sigsif.agricultura.gov.br>
- Alves, G. L.. (1984). Mato Grosso e a História: 1870-1929 (Ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro). *Boletim Paulista de Geografia*(61), 5-82.
- Alves do Nascimento, C., & Rufino de Aquino, J. (2018). Superexploração da força de trabalho na agropecuária brasileira: aspectos teóricos-metodológicos e a produção de dados empíricos. *Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas*, 38(1), 145–161.
- Antunes, T. S., & Araujo, R. A. (2021). A Structural Economic Dynamics Approach to 'Stagnationist' Unbalanced Growth. *Review of Political Economy*, 33(4), 611-630.
- Araujo, R. A. (2013). Cumulative causation in a structural economic dynamic approach to economic growth and uneven development. *Structural Change and Economic Dynamics*, 24, 130-140.
- Arruda, Z. J. de, & Sugai, Y.. (1994). Regionalização da pecuária bovina no Brasil. Campo Grande: Embrapa-CNPGC.
- Aurélio Neto, O. e P.. (2018). Estratégia espacial no mercado mundial de carne: a internacionalização do setor frigorífico brasileiro. (Doutorado), Universidade Federal de Goiás, Goiânia - GO.
- Barros Silva, L. F. (2021). Uma Análise marxista da agricultura capitalista: em busca de uma solução. *SER Social*, 23(48), 9–27.

Bresser-Pereira, L. C.. (2004). O surgimento do Estado republicano. *Lua Nova*, 62, 131-150.

B3. (2019). Ações.

Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego. (s.d.). Relação Anual de Informações Sociais. <http://pdet.mte.gov.br/microdados-raais-e-caged>.

Caleman, S. M. de Q., & Cunha, C. F. da. (2011). Estrutura e contudo da agroindústria exportadora de carne bovina no Brasil. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 13(1), 93-108.

Campestrini, H.. (2009). História de Mato Grosso do Sul (6ª ed.). Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul.

Carvalho, T. B. de, & De Zen, S.. (2017). A cadeia de Pecuária de Corte no Brasil: evolução e tendências. *Revista IPecege*, 33(1), 85-99.

Constantino, M., Dorsa, A. C., Boson, D. S., & Mendes, D. R. F.. (2019). Caracterização econômica dos municípios sul-mato-grossenses do Corredor Bioceânico. *Interações (Campo Grande)*, 20, 179-192.

Corrêa, Valmir B., & Corrêa, Lúcia S.. (2010). Charqueadas: uma alternativa na economia pecuária do sul de Mato Grosso (1880-1930/40). *albuquerque: revista de história*, 2(3).

Cunha, E. P., Penna, L. N. P., & Guedes, L. T. (2021). Da manufatura moderna à grande indústria: delimitação empírica da mudança técnica no setor de autoveículos no Brasil (1996-2017). *Cadernos EBAPE.BR*, 19(3), 480–495

Dávilla-Fernandèz, M.; Amado, A. Entre a lei de Thirlwall e a hipótese Prebisch-Singer: uma avaliação da dinâmica dos termos de troca em um modelo de crescimento com restrição no Balanço de Pagamentos. *Economia e Sociedade*, v. 24, n. 1, p. 87- 119, 2015

Dutt, Amitava K. (1984). Stagnation, income-distribution and monopoly power. *Cambridge Journal of Economics*, 8(1), 25-40.

EBC, Empresa Brasileira de Comunicação. (2017). <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-03/fusao-entre-bmfbovespa-e-cetip-cria-b3-5a-maior-bolsa-de-valores-do-mundo>. Agência Brasil. Retrieved from <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-03/fusao-entre-bmfbovespa-e-cetip-cria-b3-5a-maior-bolsa-de-valores-do-mundo>

Esselin, P. M.. (2011). A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830-1910). Dourados: Ed. UFGD.

Fernández, V. R., & Lauxmann, C. T. (2019). ¿Estado Post-neoliberal y Desarrollo en América Latina? un análisis del caso argentino. *Desenvolvimento Em Questão*, 17(48), 9–33.

Felix, G. (2021). Aporte da teoria marxista da dependência para a análise da

agropecuária e da indústria da mineração. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 23.

FIEMS, Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul. (1993). Incentivos fiscais: uma abordagem da situação nacional. Campo Grande: FIEMS.

Franco, A. M. de P. & Baumann, R.. (2005). A substituição de importações no Brasil entre 1995 e 2000. *Brazilian Journal of Political Economy*, 25(3),190-208.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1980). Anuário Estatístico do Brasil. Brasília: IBGE.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1986). O Brasil: suas riquezas naturais, suas indústrias. (Vol. 2). Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). Indicadores IBGE: Estatística de Produção Pecuária abr.-jun. 2022. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2380/epp_2022_2tri.pdf

Janinni, P. (1946). Indicação do extrato de fígado no tratamento de anemia. *Revista de Medicina*, 30(45), 10.

Levien, M., Watts, M., & Yan, H. R. (2018). Agrarian Marxism. *Journal of Peasant Studies*, 45(5-6), 853-883.

Marx, K.. (2013). O Capital: Crítica da economia política (Rubens Enderle, Trans. Vol. 1). São Paulo: Boitempo.

Marx, K.. (2017). O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista (Rubens Enderle, Trans. Vol. 3). São Paulo, SP: Boitempo.

Michels, I. L., Sproesser, R. L., & Mendonça, C. G. (2001). Cadeira produtiva da carne bovina de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Editora Oeste.

Moita, R. M., & Golon, L. A.. (2014). Oligopsônio dos Frigoríficos: Uma Análise Empírica de Poder de Mercado. *Revista de Administração Contemporânea*, 18, 772-794.

Mueller, C. C.. (1987). O ciclo do gado e as tentativas governamentais de controle do preço da carne. *Estudos Econômicos*, 17, 21.

Nascimento, L. M. de. (2011). De Sal e de Sol: introdução ao estudo das charqueadas do antigo estado de Mato Grosso. Jundiá: Paco Editorial.

Novais, I. C. (2018). Substituição de importação no Brasil: Uma análise comparada da evolução da pautas exportadoras de Brasil, China e Coreia do Sul. *Revista Debate Econômico*, 6(1), 46-72.

Pádua Bosi, A. de (2014). Dos Açougues aos Frigoríficos: Uma História Social do Trabalho na Produção de Carne, 1750 a 1950. *Revista de História Regional*, 19(1), 21.

Paiva, L. da S., & Alves, G. L.. (2019). As festas dos clubes do laço e o Circuito de Laço

Comprido em Mato Grosso do Sul. *Interações (Campo Grande)*, 20, 1127-1138.

Pasinetti, L. (1981) *Structural Change and Economic Growth: A Theoretical Essay on the Dynamics of the Wealth of Nations*. Cambridge University Press, Cambridge.

Petean, G. H., Benini, E. G., & Nemirovsky, G. G. (2021). Trabalho intensificado e afastamento do trabalho: uma análise nos frigoríficos no estado de Mato Grosso do Sul. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(3), 464–479.

PMP, Prefeitura Municipal de Baytaporã. (2018). Minerva inicia reconstrução de frigorífico de Batayporã nos próximos dias. Retrieved from <http://www.bataypora.ms.gov.br/noticias/geracao-de-emprego/minerva-inicia-reconstrucao-de-frigorifico-de-bataypora-nos-proximos-dias>

Queiroz, P. R. C.. (2016). Revisitando um velho modelo: contribuições para um debate ainda atual sobre a história econômica de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS*, 14(27).

Rech, H.. (2010). *A formação do setor energético de Mato Grosso do Sul: uma análise à luz da teoria do desenvolvimento de Celso Furtado*. (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo.

Remijo, A. P.. (2013). *A situação da classe trabalhadora nos frigoríficos de Barretos: antagonismo da superexploração*. (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Sato, G. S.. (1998). *Estratégia e estrutura organizacional na indústria de alimentos: o caso Sadia*. (Doutorado), Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

Silva, J. de M. e. (1989). *Canaã do Oeste: sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

SIPOA/DDA/SFA-MS, Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal. (2019). Dados de pesquisa.

Souza, E. Â., & Júnior, A. T. (2019). Trabalho análogo a escravo no Brasil em tempos de direitos em Transe. *PEGADA - A Revista Da Geografia Do Trabalho*, 20(1), 185–209.

Varussa, R. J.. (2016). *Eu trabalhava com dor: trabalho e adoecimento nos frigoríficos*. Jundiaí - SP: Paco Editorial.

Wood, E. M. (1998). The Agrarian Origins of Capitalism. *Monthly Review*, 50(3).

Yardley-Podolsky, W. J. H.. (1981). Um perfil da indústria de carnes e de seu futuro. *Revista de Administração de Empresas*, 21, 49-58.